

Capitalismo: Crise? Qual crise?

O capitalismo está em crise? Estará a falhar o «sistema económico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na liberdade de mercado», de acordo com a definição da Real Academia Espanhola?

Pelo menos, podemos destacar que algumas disfunções devem estar a ocorrer: de acordo com um estudo de referência da Fundação Edelman, 56% dos entrevistados afirmaram que «o capitalismo faz mais mal do que bem» e 74% consideravam-no injusto¹. Além disso, neste mesmo estudo, em 22 dos 28 países examinados mais de 50% dos inquiridos acreditavam que o capitalismo era prejudicial (60% em Espanha). Assim, as dúvidas em relação ao capitalismo são geograficamente muito difundidas. Contudo, talvez a insatisfação esteja a ser especialmente forte nos EUA, sem dúvida o país que mais associamos à economia de mercado.

Crise no quilómetro zero do capitalismo

Durante a atual corrida presidencial dos EUA, a comunicação social evidenciou que uma parte do eleitorado apoiava posições «socialistas». Esta situação atípica explica certamente porque é que um dos candidatos do Partido Democrata, Bernie Sanders, conseguiu permanecer durante muitos meses como possível candidato, apesar das propostas que, no contexto norte-americano, poderiam ser consideradas mais próximas dos extremos do que do centro. Estarão os EUA, epicentro da economia de mercado, a questionar o capitalismo?

Os dados sugerem que, no mínimo, o modelo económico está a ser reavaliado na América do Norte. Os estudos de opinião do Pew Research Center apoiam a tese de que, ano após ano, uma percentagem significativa de norte-americanos tende a mostrar insatisfação face ao capitalismo². Assim, em 2019, 33% dos inquiridos afirmavam ter uma visão negativa deste sistema económico e social. Certamente que o descontentamento com a economia de mercado não é homogéneo, pois varia em função da ideologia (maior insatisfação entre os democratas), nível de rendimento (menos apoio quanto mais baixo for) e idade (visão mais crítica quando se é mais jovem).

Uma visão mais extensa: da crise do capitalismo às crises do capitalismo

A questão agora assenta em saber até que ponto este é um fenómeno recente. Não é fácil responder, pois a maior parte dos estudos limita-se às duas últimas décadas. Uma das poucas exceções são os dados recolhidos por Blasi e Kruse³, que fornecem uma visão sobre o grau de resposta que o capitalismo recebe nos EUA desde 1938. De acordo com este exercício, os níveis atuais de descontentamento com o capitalismo, não são extraordinários, pois o seu apoio diminui em todas as grandes crises. Foi o caso da Grande Depressão da década de 1930, na qual 38% dos inquiridos expressaram posições com elementos anticapitalistas; em 1975, em plena «crise do petróleo», em que esta percentagem era de 34%, ou em 2010, após a Grande Recessão, na qual 40% dos inquiridos afirmaram possuir uma imagem negativa do capitalismo. Por outro lado, durante as épocas de bonança, o número de pessoas que se declaravam críticas do sistema era de cerca de 20%.

Rejeição ao capitalismo no mundo

(% de inquiridos que dizem que o capitalismo atualmente existente é mais prejudicial do que benéfico para o mundo, 2020)



Fonte: BPI Research, a partir dos dados da Fundação Edelman.

1. Ver Edelman (2020). «Edelman Trust Barometer 2020». Global Report (Janeiro).

2. Ver Pew Research Center (2011) «Political Survey Dataset»; (2012) «Pew Research Center's Global Attitudes Project»; (2019) «Generation Z looks a lot like Millennials on Key Social and Political Issues», e (2019) «In Their Own Words: Behind Americans' Views of 'Socialism' and 'Capitalism'».

3. Ver Blasi, J. e Kruse, D. (2018). «Today's youth reject capitalism, but what do they want to replace it?». The Conversation.

Capitalismo: disfunções e choques não são o mesmo

Em suma, parece inquestionável que estamos numa fase de descontentamento crescente face ao capitalismo, cuja extensão geográfica é vasta e que atinge o epicentro do sistema, os EUA. Em cada momento histórico as críticas ao capitalismo assumem formas ligeiramente diferentes. Quais são as atuais?

Quando verificamos os vários debates e artigos sobre esta questão, começa a aparecer uma série de elementos coincidentes: menos crescimento económico do que no passado; estagnação ou declínio da produtividade; aumento da desigualdade em termos de rendimentos e oportunidades; tendência para o curto prazo; incapacidade de internalizar externalidades negativas (como o impacto ambiental) ou, finalmente, uma certa instabilidade financeira que não pode ser completamente eliminada.

Uma leitura mais profunda permite-nos verificar que esta lista combina eventos de natureza muito diferentes. Especificamente, estão a ser misturados dois tipos de elementos.

Os primeiros são o que podemos denominar de disfunções estruturais do capitalismo. A economia de mercado é um sistema que, por natureza, possui uma série de características com efeitos indesejados. No caso do capitalismo, estas são as denominadas falhas de mercado, ou seja, as trocas sobre as quais o mecanismo de preços não oferece informações precisas sobre os seus benefícios e custos sociais e requerem intervenção pública para, na medida do possível, as corrigir. Esta categoria inclui a regulação de externalidades negativas, como a poluição. Outro elemento localizado nesta categoria de disfunções estruturais é a tendência de prevalecer a curto prazo. O facto de existirem disfunções inerentes ao capitalismo não é de agora e, de facto, grande parte das instituições com as quais nos dotámos procuram minimizar estes efeitos. Por exemplo, proporcionar independência aos bancos centrais é uma tentativa de responder à miopia dos formuladores de políticas monetárias. Ou a criação de um mercado de emissões de CO₂ é uma tentativa de ajudar a internalizar os custos sociais gerados pela poluição das empresas.

O segundo bloco de elementos é diferente. Quando se diz que o capitalismo não funciona mais (traduzido como «não crescemos como no passado» e/ou «apenas beneficia alguns»), o que está a acontecer é outra coisa. Na realidade, estamos numa etapa histórica de alterações aceleradas, presidida por elementos como o salto tecnológico, a intensificação da globalização, o envelhecimento demográfico ou a transição ecológica. Nesta fase histórica o capitalismo atua certamente como intermediário contra esta série de choques e tendências mas não pode ser considerado como a última causa. Isto não significa que a referida mediação seja automática ou neutra, pois certamente (e aqui entramos no ponto-chave do nosso diagnóstico da «crise» do capitalismo) nem todos os capitalismos são iguais.

É assim que se entende que num dos principais pontos de tensão, que ocorre em determinadas economias que parecem incapazes de conciliar crescimento económico e capacidade de redistribuição (ou de luta contra a desigualdade), não é um *trade off* óbvio, no entanto outros países parecem ter encontrado um equilíbrio razoável.

Capitalismo: um sistema adaptativo

A nossa tese é que estas diferenças entre capitalismos são importantes... e muito. Apesar da defesa desta tese ser o objetivo dos três artigos seguintes, queremos fazer um pequeno *spoiler* aos nossos leitores. A premissa básica é que, apesar de existir um núcleo rígido de características partilhadas por todas as economias capitalistas, na prática existe uma série de diferenças entre países, que acabam por formar uma série de variedades de capitalismo claramente diferenciáveis e que estas variedades funcionam melhor, ou pior, dependendo das características do ambiente ou do momento histórico. Por exemplo, e para mencionar uma grande preocupação atual, as capacidades de combater pandemias não serão as mesmas entre variedades de capitalismo.

De facto, a existência de variedades de capitalismo entre países sugere uma característica fundamental deste sistema económico, a sua capacidade de adaptação e evolução. Face às críticas daqueles que entendem o sistema capitalista como algo monolítico e imutável, uma revisão histórica permite-nos descartar esta visão estática, pois como será defendido no nosso artigo final, o capitalismo atual e o capitalismo de 1945 apresentam muitas diferenças. Por este motivo e para o convencer, caro leitor, pedimos para que nos possa acompanhar nos seguintes artigos do Dossier. Vamos, portanto, penetrar nesta visão enriquecida do capitalismo (dos capitalismos, para sermos mais concretos), a fim de entender bem as causas e consequências desta inter-relação complexa entre tendências globais, sistemas económicos e prosperidade.

Capitalismo, na variedade está o gosto

Os EUA e a Alemanha são muito diferentes, é óbvio, mas os dois países partilham uma característica comum: ambos são capitalistas. De facto, se efetuarmos uma rápida retrospectiva de todos os países do mundo, acabamos por identificar antes aqueles que não são capitalistas, a Coreia do Norte e Cuba¹. Portanto, o capitalismo é o modelo económico mais dominante, e praticamente universal. Sendo assim, quando a realidade económica é observada com maior detalhe, começam a surgir algumas questões: são realmente o mesmo sistema económico, num em que o despedimento livre é comum (EUA) e noutro onde é fortemente regulado (praticamente em toda a Europa)? Num onde a despesa social representa 31% do PIB (França) e noutro onde apenas ultrapassa os 11% (Coreia do Sul)? E poderíamos continuar, mas a dúvida parece justificada: são, na realidade, capitalistas todos os países assim convencionalmente considerados? A resposta breve é que sim, a economia pode ser organizada sob formas institucionais muito diversas sem deixar de operar sob a lógica do mercado. Ou, por outras palavras, o capitalismo pode assumir formas significativamente diferentes sem alterar a sua natureza profunda.

Economia de mercado liberal versus economia de mercado coordenada

Estas formas diferentes são conhecidas, na literatura académica, sob a denominação de variedades do capitalismo. É uma literatura cuja própria evolução já ilumina a questão que nos interessa e que é, como propusemos no artigo anterior deste Dossier, a reflexão sobre as anomalias (baixo crescimento, desigualdade crescente, etc.) que o capitalismo parece acumular. Na nossa opinião, estamos numa posição melhor para aprofundar este debate se conseguirmos identificar modalidades do capitalismo mais bem preparadas para lidar com estes problemas.

Pois bem, a primeira grande distinção que esta literatura oferece é bastante lógica, pois postula a existência de duas grandes variedades. A primeira, que geralmente é típica dos EUA é a denominada economia de mercado liberal e, tal como podemos observar na primeira tabela, é caracterizada por elementos como uma maior importância da coordenação através do mercado, elevado grau de flexibilidade da mão de obra ou um menor peso da regulação e da intervenção pública. A segunda é conhecida como economia de mercado coordenada ou também como «economia social de mercado». Esta variedade é caracterizada, entre outros aspetos, por uma coordenação menos mediada pelo mercado, por um mercado de trabalho mais regulado e por um maior peso do setor público².

Um mundo de diversos capitalisms e em transição

Embora atraentes na sua simplicidade, estas duas categorias parecem excessivamente simplificadas, pois são uma estrutura demasiado rígida para acomodar a multiplicidade de formas de capitalismo que são observadas, principalmente porque após a queda do Muro de Berlim se tornaram no modelo produtivo predominante. Assim, à medida que as antigas economias comunistas se encaminham em direção a várias modalidades do capitalismo e aceleram os processos liberalizadores das economias europeias no âmbito da UEM, à medida que a

Características principais das variedades fundamentais do capitalismo

	Economias de mercado liberais	Economias de mercado coordenadas
Mecanismos de coordenação e principais instituições	Mercado e contratos	Mercado (em determinado grau) e instituições não comerciais (acordos coletivos, organizações multissetoriais, etc.)
Setores-chave	Setores inovadores, de alteração radical e nos quais o dinamismo é importante	Setores baseados na acumulação de competências e de alteração incremental
Sistema político	Presidencialistas, poucos partidos, sistemas eleitorais majoritários e orientados para a concorrência política	Vários partidos, sistemas proporcionais e parlamentares e orientados para a criação de consenso
Tipo de estado de bem-estar	Liberal, complementar	Universalista
Mercado de trabalho	Flexível e dinâmico, preponderância do quadro legal ao nível de empresa, com tendência para uma elevada rotatividade	Preponderância do quadro legal ao nível do setor ou a nível nacional, contratos de longa duração, restritividade e menor flexibilidade
Competências e capacidades dos trabalhadores	Gerais, que favoreçam a rotatividade entre setores	Especializada e idiossincrática, orientada para a permanência no setor
Horizonte do investimento produtivo	Curto prazo	Longo prazo
Estruturas organizativas típicas na empresa	Verticais, capacidade de decisão concentrada nos níveis de direção superior	Horizontais, capacidade de decisão mais partilhada entre agentes
Tipologia de inovação	Dinâmica, de rutura	Incremental

Fonte: BPI Research, a partir de J. Aguirre e R. Lo (2012). «Variedades de capitalismo. Una aproximación al estudio comparado del capitalismo y sus aplicaciones para América Latina». Centro Interdisciplinar para o Estudo de Políticas Públicas. Documento de Trabalho 85.

1. Os países nominalmente comunistas são mais, mas na prática são sistemas híbridos, com elementos de capitalismo facilmente identificáveis. Um caso paradigmático nesta linha seria o Vietname ou mesmo a Venezuela.

2. Ver Hall, P. A. e Soskice, D. (Eds.). (2001). Varieties of capitalism: The institutional foundations of comparative advantage. OUP Oxford.

globalização se espalha e integra mais países e, finalmente, em que se acelera a revolução tecnológica, verificamos que as formas híbridas do capitalismo assumem uma maior importância.

Assim, é possível detetar variedades que partilham muitas das características liberais, mas não todas (as quais denominamos economias de mercado quase liberais) ou outras que se assemelham, mas com diferenças, às economias sociais de mercado (denominamos como economias de mercado quase coordenadas). Além disso, uma revisão mais detalhada do passado mostra que existiu uma variedade que normalmente é denominada como economia com preponderância estatal e que, ao ser caracterizada por um papel importante por parte do Estado nos mecanismos de coordenação, tem sido relevante nalguns países.

Em suma, é possível utilizar esta literatura académica mais recente para construir uma versão atualizada com uma boa capacidade interpretativa do mundo capitalista existente³. Especificamente, a taxonomia proposta é construída a partir de uma série de variáveis que refletem a disparidade de acordos institucionais que podem ser tomados para organizar uma economia de mercado (por exemplo, o grau de proteção dos trabalhadores, a importância dos mercados financeiros, das relações de trabalho, etc.). Através de um exercício de segmentação, é possível identificar países cujos indicadores nestas áreas são semelhantes e, desta maneira, propor as cinco variedades de capitalismo mencionadas anteriormente: economias de mercado liberais, coordenadas, quase liberais, quase coordenadas e com preponderância estatal (consultar os resultados na segunda tabela).

Como é possível observar na segunda tabela com a nossa classificação atualizada dos países nas diferentes variedades do capitalismo, aparece em destaque um crescimento das variedades híbridas do capitalismo, as quais são as quase liberais e as quase coordenadas. Em particular, é importante destacar que os países tipicamente coordenados introduziram uma maior flexibilidade nalguns dos seus aspetos mais característicos através de reformas que introduzem elementos liberais. O caso mais paradigmático da hibridação seria, sem dúvidas, a Alemanha, que passa de ser um arquétipo da economia de mercado coordenada para uma quase coordenada após as importantes reformas liberalizadoras da década de 2000 (em particular, as denominadas reformas Hartz do mercado de trabalho, que o flexibilizaram significativamente). Outro elemento interessante de destaque sobre as transições entre variedades é o desaparecimento do que denominamos economia de mercado de preponderância estatal. É em grande parte resultado do processo de liberalização que ocorreu em economias como a espanhola ou a portuguesa no âmbito da sua plena integração no mercado europeu e as consequentes privatizações que ocorreram na transição para a criação da moeda única.

Em suma, se estas dinâmicas são uma representação razoavelmente boa do mundo nos últimos 30 anos, quando o leitor as revê é possível que recupere algumas das questões que abordámos no primeiro artigo do Dossier. Assim, quais destas variedades são capazes de gerar, de maneira sustentada, melhores ritmos de crescimento? Quais limitam, em maior medida, uma tendência de desigualdade? Quais são as mais inovadoras? Paradoxalmente, o mundo académico prestou relativamente pouca atenção a esta relação entre variedades de capitalismo e resultados económicos e sociais. Embora exista alguma exceção⁴, as questões relevantes para os cidadãos comuns não foram suficientemente estudadas. Não nos podemos dar ao luxo de ignorar uma questão tão importante. Neste sentido, no próximo artigo iremos tentar elucidar ao nível dos resultados das várias variedades do capitalismo. Aguardamos algumas surpresas.

Variedades do capitalismo: países integrantes

	1990	2015
Economias com preponderância estatal	Turquia Itália Espanha Bélgica Grécia	
Economias de mercado coordenadas	Áustria Alemanha Dinamarca Finlândia Suécia França Holanda	Portugal Itália França
Economias de mercado quase coordenadas	Noruega Japão	Nova Zelândia Japão Grécia Turquia Polónia Alemanha República Checa Coreia do Sul Hungria Polónia
Economias de mercado quase liberais	Austrália Nova Zelândia Irlanda Suíça	Suécia Irlanda Finlândia Dinamarca Áustria Holanda Noruega Espanha Bélgica
Economias de mercado liberais	Estados Unidos Reino Unido Canadá	Austrália Canadá Estados Unidos Suíça Reino Unido

Nota: Atualização da classificação de Schneider e Paunescu, com novos dados até 2015. Elaborada através da utilização da técnica cluster analysis, um método de agrupamento, com dados socioeconómicos e institucionais (por exemplo, grau de proteção dos trabalhadores, importância dos mercados financeiros, relações de trabalho, etc.).

Fonte: BPI Research, a partir de Schneider e Paunescu (2012), e dados da OCDE, UNCTAD, FMI e Banco Mundial.

3. Ver Schneider, M. R. e Paunescu, M. (2012). Changing varieties of capitalism and revealed comparative advantages from 1990 to 2005: A test of the Hall and Soskice claims. *Socio-Economic Review*, 10(4), 731-753.

4. Ver Acemoglu, D., Robinson, J. e Verdier, T. (2012). «Can't We All Be More Like Nordics? Asymmetric Growth and Institutions in an Interdependent World». NBER Working Paper 18441. National Bureau of Economic Research. Working Paper 18441. National Bureau of Economic Research.

As promessas das variedades do capitalismo, ou sobre a impossibilidade de ter tudo

O filósofo político norte-americano John Rawls apelidou o conceito de «véu da ignorância». Sob esta expressão enigmática, existe uma noção sugestiva: para saber qual é a melhor sociedade para se viver, devemos perguntar-nos «se não soubesse qual seria a posição que ocuparia nesta sociedade, em que tipo de sociedade escolheria viver ao nascer?» Rawls coloca esta questão em termos de uma sociedade mais justa, mas nós iremos propor-lhe a si, caro leitor, a seguinte reflexão: tendo em conta as evidências disponíveis e as suas preferências, em que variedade do capitalismo preferiria «viver»? Vamos rever o menu de grandes alternativas disponíveis.

Uma primeira abordagem para delinear o menu é comparar várias características socioeconómicas nas várias variedades do capitalismo (ver a tabela em anexo). Tal como mencionámos no artigo anterior, uma primeira grande distinção é entre as economias com maior coordenação através do mercado, um elevado grau de flexibilidade da mão de obra ou um menor peso de regulação e da intervenção pública (economias liberais) e entre as economias caracterizadas por uma coordenação menos mediada por parte do mercado, por um mercado de trabalho mais regulamentado e por um peso maior do setor público (economias coordenadas ou também as denominadas economias sociais de mercado). Além disso, podem ser identificadas duas variantes que partilham parte, mas não todas, das características (quase liberais e quase coordenadas) e uma quinta variedade cuja característica mais relevante é a preponderância da atividade pública. Este exercício permite-nos chegar a uma primeira grande conclusão: em muitas áreas, as variedades híbridas, ou seja, a quase coordenada e a quase liberal, parecem atualmente oferecer boas possibilidades em termos de crescimento, inovação e inclusão.

No entanto, para refinar a análise é necessário ir além da radiografia atual e relacionar, através de um exercício econométrico (consultar os detalhes metodológicos no gráfico), as principais variáveis socioeconómicas com as diversas modalidades do capitalismo e a sua evolução no tempo desde 1990. Vamos ver, então, o resultado desta análise.

Principais características fundamentais das variedades do capitalismo

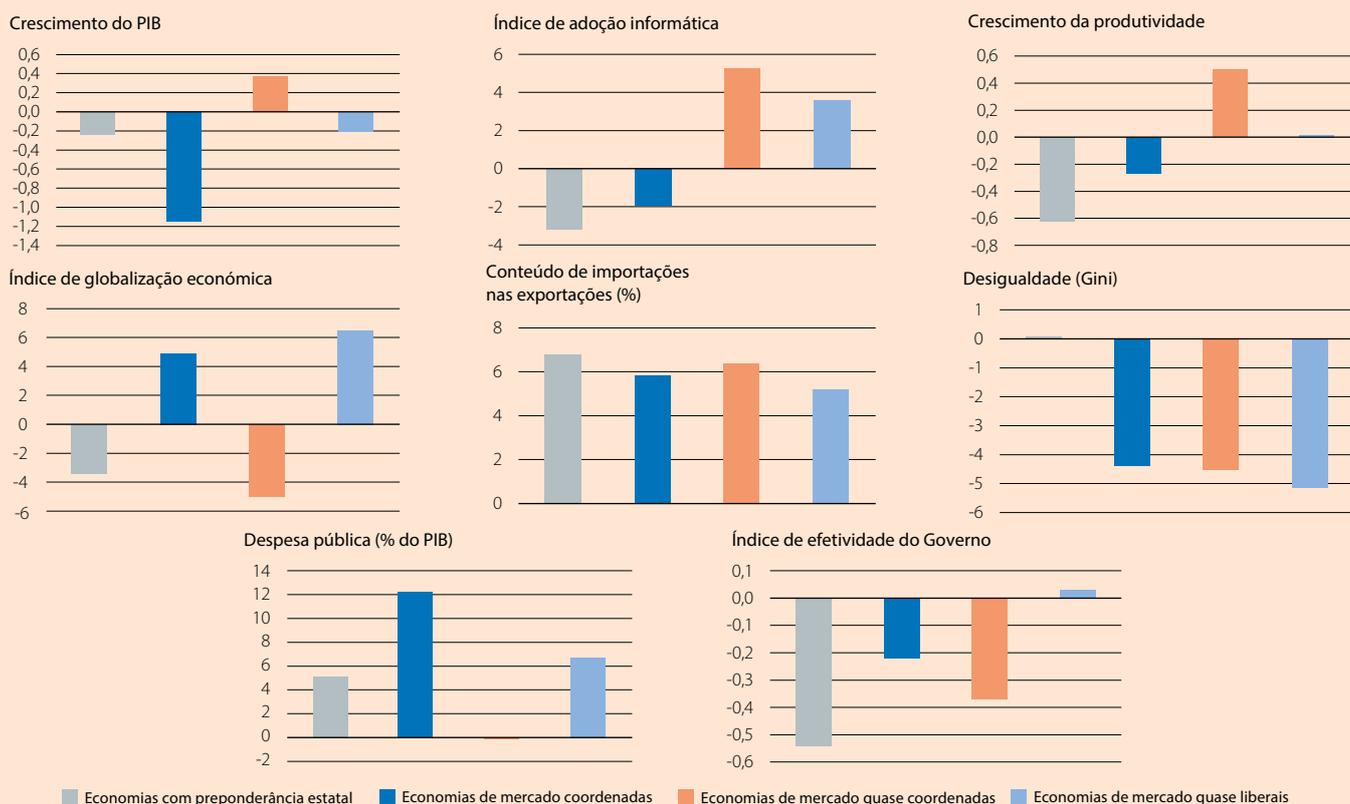
	Economias de mercado liberais	Economias de mercado coordenadas	Economias de mercado quase coordenadas	Economias de mercado quase liberais
Dimensão da equidade				
Gini (2015-2018)	35,3	34,5	32,7	29,6
Índice de crescimento inclusivo (2018)	5,2	4,4	4,7	5,4
Dimensão do crescimento				
Crescimento do PIB (2015-2020)	0,5	0,4	0,6	1,1
Inflação (2015-2020)	1,2	0,7	2,3	1,1
Dimensão da digitalização/tecnologia				
Índice de adoção informática (2018)	74,0	69,8	71,9	76,3
Crescimento da produtividade (2015-2018)	0,5	0,4	0,6	1,1
Crescimento da produtividade de trabalho (2015-2019)	0,7	0,4	1,7	1,4
Teletrabalho (2018)	43,3	35,3	31,2	39,7
Dimensão da globalização				
Índice de globalização (2015-2017)	85,8	84,8	81,0	88,2
Índice de globalização económica (2015-2017)	74,5	75,5	71,6	83,5
Conteúdo de importações nas exportações (%) (2015)	18,8	29,0	27,8	27,0
Dimensão da importância da atuação pública				
Défice em percentagem do PIB (2015-2019)	-1,6	-2,5	-0,6	0,0
Dívida em percentagem do PIB (2015-2019)	72,9	117,9	82,0	64,5
Camas de hospital por 1.000 (2015-2018)	3,3	4,2	7,0	3,9
Despesa total em saúde em percentagem do PIB (2015-2018)	11,8	9,8	8,0	9,8
Investimento em saúde em percentagem do PIB (2015-2018)	51,0	58,0	19,6	54,2
Qualidade reguladora (2015-2018)	1,7	0,9	1,0	1,6
Efetividade do Governo (2015-2018)	1,7	1,0	1,0	1,6
Dimensão da satisfação de necessidades				
Esperança de vida (2015-2018)	81,6	82,3	80,1	81,9

Notas: Médias dos anos entre parênteses. Os valores maiores do índice de crescimento inclusivo correspondem a maior crescimento inclusivo.

Fonte: BPI, a partir dos dados da OCDE, do FMI, do Banco Mundial e do KOF Swiss Economic Institute.

O impacto das variedades do capitalismo sobre as principais variáveis socioeconómicas

Diferença em relação às economias de mercado liberais



Notas: Estes gráficos mostram os resultados de 6 regressões lineares MCO utilizando dados de painel com 26 países e 7 períodos. Em cada regressão, a variável de resposta é uma das seis variáveis socioeconómicas e as variáveis explicativas são variáveis binárias que denotam a variedade de capitalismo à qual cada país pertence em cada período (é excluída a variável binária para a variedade de economias de mercados liberais) e variáveis de controlo do PIB per-capita e efeitos fixos de tempo. Os gráficos mostram as dimensões dos coeficientes das quatro variáveis binárias da variedade do capitalismo. Como foi excluída a variável binária para a variedade de economias de mercado liberais, estes coeficientes podem ser interpretados relativamente a esta variedade. Por exemplo, os resultados da regressão com o índice Gini como variável de resposta sugerem que as economias de mercado coordenadas, em média e controlando o PIB per-capita e os efeitos de tempo fixo, possuem um índice Gini 4,37 pontos inferior em relação às economias de mercado liberais, enquanto nas economias com preponderância estatal a diferença comparativamente com as economias de mercado liberais não é significativa.

Fonte: BPI Research, com base em dados de Schneider e Paunescu (2012), da OCDE, do Banco Mundial, do FMI, da UNCTAD e do KOF Economic Institute.

O crescimento como requisito essencial

Ao longo deste Dossier, afirmámos que qualquer sistema económico que não seja capaz de criar prosperidade a um nível minimamente aceitável está condenado ao fracasso. Pois bem, se se tratar de crescimento, o exercício econométrico que efetuamos aqui, e que é sintetizado nos gráficos em anexo, é bastante conclusivo: a economia quase coordenada e a economia liberal são as duas modalidades de capitalismo que mais crescem a longo prazo. Na direção oposta, a economia coordenada oferece piores resultados em termos de crescimento.

Qual é a base deste resultado? Em primeiro lugar, as economias quase coordenadas destacam-se pelo seu maior crescimento da produtividade, seja ele medido em termos de produtividade aparente do trabalho ou em termos de produtividade total dos fatores (PTF). Outro âmbito que poderá estar relacionado com a prosperidade a longo prazo é a capacidade de aproveitar a globalização, uma vez que existe um vínculo claro entre o grau de abertura da economia ao comércio internacional e ao crescimento.

O grande dilema: eficiência em vez de equidade?

Até agora, o leque de alternativas pode ser resumido da seguinte forma: se se trata de criar prosperidade será melhor jogar pelo seguro e escolher economias liberais, quase-liberais ou quase coordenadas. As economias de preponderância estatal (quando existiam) são ligeiramente inferiores. As economias coordenadas deverão ser evitadas. E se o preço deste crescimento for um nível de equidade inaceitavelmente baixo? Julgar a inaceitabilidade é algo que vai mais além das nossas possibilidades e que dependerá das preferências de cada um. O que podemos organizar são as variedades do capitalismo, de acordo com a sua capacidade de serem mais ou menos equitativas. Os resultados mostram algumas surpresas.

Assim, embora (como seria de esperar) as economias liberais mostrem o menor património, é um tanto surpreendente que as modalidades «híbridas», ou seja, as quase-liberais e as quase coordenadas, sejam mais equitativas do que as coordenadas. Não

deixa de ser um paradoxo que, apesar das coordenadas serem economias com maior despesa pública que as restantes – o que sugere uma maior preponderância do setor público na economia – não se traduz em níveis mais elevados de equidade. Parte do problema pode ser que os indicadores de eficiência do setor público das economias coordenadas não sejam muito bons, embora a verdade seja que as economias de preponderância estatal e as quase coordenadas também não brilham neste âmbito.

Sobre as possibilidades de escolher

De qualquer forma, a partir da nossa análise chegamos ao interessante resultado de que pelo menos duas das variedades do capitalismo, a quase coordenada e a quase liberal, foram capazes de oferecer resultados satisfatórios em termos de crescimento e simultaneamente alcançar um bom nível de equidade (pelo menos em termos comparativos). Isto oferece-nos um ponto de esperança para combater as visões apocalípticas que negam ao capitalismo a possibilidade de alcançar um certo ponto de equilíbrio virtuoso nas principais dimensões do bem-estar humano.

No entanto, a questão é se esta preferência por uma ou outra variedade do capitalismo resulta exclusivamente de considerações económicas. Embora não seja possível aqui explorar a questão ao pormenor, é possível apontar para uma tese básica: os elementos culturais, definidos num sentido vasto, são também certamente importantes. Num Dossier anterior¹ constatámos que o que aí denominávamos de viragem iliberal da política económica poderia estar associada, num grau não negligenciável, a fatores culturais, como os valores de cada sociedade. O facto de que, conforme é explicado no artigo «Capitalismo, na variedade está o gosto» neste Dossier, nas últimas duas décadas o número de países que fazem parte da categoria de economia liberal reduziu para metade pode estar, de certa forma, ligado a esta viragem iliberal. Portanto, sem negar o peso dos fatores económicos, não devemos ignorar que os elementos culturais também parecem estar por detrás desta opção. Uma lição que deve ser lembrada porque, tal como iremos explorar no próximo artigo do Dossier, estão a chegar tempos exigentes para as variedades do capitalismo menos equipadas para o mundo em que entramos.

1. Ver o Dossier «A ameaça da viragem iliberal» - IM01/2020.

Capitalismo(s) para o mundo de amanhã

Neste ponto do Dossier, esperamos ter convencido o leitor de que as diferentes variedades do capitalismo oferecem uma combinação de resultados económicos e sociais distintos. Nenhuma delas é, *a priori*, intrinsecamente melhor que as outras. Tudo dependerá do contexto histórico no qual se está inserido: algumas delas estão mais bem equipadas para determinadas situações, enquanto funcionam pior noutras circunstâncias. Assim, no mundo em que estamos a entrar, quais são as variedades de capitalismo que potencialmente funcionarão melhor? E, quanto ao resto, existe esperança de alteração e evolução?

O mundo de amanhã começou ontem

Escrevemos ainda sob o impacto da COVID-19 e o seu halo de incerteza, incomparavelmente maior que o dos velhos tempos. Neste contexto, poderemos definir alguns aspetos-chave do futuro a médio e longo prazo que não serão superados por este turbilhão de acontecimentos? Com toda a cautela possível, acreditamos que tirar ilações do passado fornece-nos duas grandes conclusões. A primeira é que a história lembra-nos que grandes choques, incluindo pandemias como a atual, possuem efeitos estruturais, ou seja, alteram a dinâmica de longo prazo¹. A segunda é que estes choques atuam em muitas dimensões, sendo uma das mais fundamentais a institucional.

As variedades do capitalismo não deixam de ser o resultado de uma certa combinação de vários elementos institucionais. Portanto, o que agora deve ser considerado é que tipo de pressões sofrerão as diferentes variedades devido à transmissão do choque. É hora de lançar questões como se as variedades que mais se articulam na coordenação através do mercado, um elevado grau de flexibilidade da mão de obra ou um menor peso da regulação e intervenção pública (economias liberais) funcionarão melhor. Ou se, em contrapartida, serão aquelas variedades caracterizadas por uma coordenação menos mediada pelo mercado, um mercado de trabalho mais regulado e por um maior peso do público (coordenadas ou também denominadas economias sociais de mercado). Ou, talvez, no futuro tenham melhor desempenho as variedades «híbridas» (quase liberais e quase coordenadas).

Dimensões críticas da mudança: dinamismo económico, resiliência e equidade

Nos últimos meses, foram efetuadas análises nas quais foram debatidos vários aspetos da nossa economia, sociedade e política que mudarão como resultado da pandemia. Assim, destaca-se que ocorrerá uma aceleração de tendências, como por exemplo a digitalização, com novas formas de trabalhar ou consumir. Ou também que observaremos alterações nas formas de produção, com uma mudança para cadeias de valor menos fragmentadas globalmente. Da mesma forma, é mencionado o maior peso dos governos e das atuações públicas para resistirem ao golpe económico e para fornecerem maiores recursos ao sistema de saúde.

Além de certamente poder ser ampliada, esta lista é suficiente para ilustrar três grandes dimensões que unem o que poderíamos chamar de necessidades, ou exigências, no sistema: o dinamismo económico, a resiliência e a equidade. Não são certamente compartimentos estanques mas, ao serem definidos como blocos diferentes, podem-nos ajudar a percebê-los melhor.

A dimensão do dinamismo económico é crítica em qualquer sistema económico, pois na nossa opinião, se ela não for cumprida, o sistema simplesmente entra em colapso. O comunismo falhou porque os seus níveis de eficiência e, conseqüentemente, de crescimento eram muito baixos. O capitalismo, por outro lado, é predominante porque tende a ser eficiente e, como resultado, capaz de oferecer crescimento económico sustentado ao longo do tempo. Assim, é uma procura que no futuro será mantida, tal como já acontecia no passado.

Uma segunda dimensão é a resiliência, subjacente a muitas das alterações mencionadas anteriormente. Trata-se de garantir que o sistema económico seja mais sólido que no passado. Esta resiliência opera em vários níveis, como a mudança para fornecedores locais (que são menos vulneráveis) ou a deslocalização de grandes sedes empresariais para unidades mais pequenas (inclusive para as casas dos funcionários). No entanto, também em decisões de políticas públicas, como o reforço dos recursos de saúde ou intervenções económicas para apoiar as necessidades provadas de liquidez e de financiamento. Esta dimensão da resiliência é relativamente recente e tem vindo a acelerar após a pandemia, embora nalguns elementos já tenha começado a surgir nos últimos anos.

Finalmente, a última dimensão é a da equidade. Estritamente, muitos sistemas económicos foram capazes de gerar crescimento económico suficiente durante longos períodos sem abordar questões de equidade. No entanto, pelo menos desde a Grande Recessão de 2008-2009, tornou-se claro que a sociedade entende que é irrenunciável um determinado grau de inclusividade do crescimento. Na nossa opinião, a crise da COVID-19 intensifica a procura de prosperidade para todos (ou pelo menos para muitos), como demonstram as medidas, em conceção ou em execução, que deverão promover o crescimento inclusivo.

1. Relativamente a esta questão, consulte o Dossier «O mundo depois da COVID-19» na IM05/2020.

Diferentes pressões sobre as variedades do capitalismo

Estarão as diversas variedades do capitalismo preparadas para atender às necessidades de dinamismo, resiliência e equidade? Para responder a esta pergunta fundamental, associámos uma vasta gama de características socioeconómicas que compilámos no artigo «As promessas das variedades do capitalismo» às três dimensões mencionadas anteriormente (ver o gráfico).

Como era de esperar, essas diversas variedades não estão nas mesmas condições para enfrentar as necessidades acima mencionadas. Assim, as economias quase-liberais (onde atualmente, de acordo com a nossa classificação, se encontram Espanha e os países nórdicos, entre outros) parecem estar em melhor posição, pois oferecem elevados resultados nas três dimensões: o seu ponto de partida é o melhor em questão de dinamismo económico e equidade, e o segundo melhor em resiliência. À distância, as economias liberais possuem níveis de resiliência semelhantes às quase liberais, mas com menor crescimento e equidade. Finalmente, as economias quase coordenadas e coordenadas parecem estar submetidas a maiores tensões, pois apesar das duas variedades exibirem um nível semelhante de dinamismo económico, as economias coordenadas são as que estão relativamente pior em termos de equidade, enquanto as economias quase coordenadas se afastam das restantes variedades em termos de resiliência².

Este diagnóstico certamente indica quais são as variedades que estão numa posição melhor ou pior para enfrentar o choque, mas não implica que esta seja a situação a longo prazo uma vez que um dos elementos fundamentais do capitalismo é a sua capacidade de adaptação.

Sobre a possibilidade de alterações no capitalismo

Como vimos no artigo «Capitalismo, na variedade está o gosto», nas últimas décadas o capitalismo de preponderância estatal desapareceu e as variedades «mais puras», como a liberal e a coordenada, perderam representantes a favor de modelos «híbridos». Isto sugere-nos que a mudança não é uma possibilidade teórica, mas sim uma realidade histórica. Sob condições normais, as instituições que compõem as variedades do capitalismo evoluem lentamente. No entanto, quando ocorrem grandes perturbações, esta evolução acelera ou até, em casos dramáticos, podem aparecer novas. Novamente, a criação de cenários para o futuro é muito incerta, mas o passado pode fornecer-nos algumas lições.

Quando olhamos para a história institucional do capitalismo nos últimos dois séculos, podemos identificar três grandes etapas³. A primeira começa em meados do século XIX e atinge, com altos e baixos significativos, o período entre as duas grandes guerras mundiais. É um mundo no qual o capitalismo assume a forma que geralmente descrevemos como *laissez-faire*, ou seja, com poucos contrapesos regulamentares e institucionais no mercado e uma situação, na maior parte dos países, de um estado de bem-estar social inexistente ou incipiente. Na esfera financeira, é hora do “padrão-ouro”.

Após a Segunda Guerra Mundial, o sistema mudou e foram introduzidos elementos de intervenção pública de importância significativa (por exemplo, é desenvolvido o estado de bem-estar social na Europa), é construído um sistema de instituições multilaterais e começam a ser estabelecidas as atuais bases da globalização económica e financeira. É o momento da política económica *keynesiana*.

Finalmente, após o colapso do sistema de Bretton Woods e dos choques de oferta das décadas de setenta e oitenta do século passado, o capitalismo reforma-se com uma diminuição do peso do público no sistema económico, o abandono do keynesianismo e uma viragem para a economia da oferta e para o estabelecimento do que, num Dossier anterior, denominámos de consenso liberal⁴.

Com base nesta breve revisão é possível tirar uma conclusão simples, mas poderosa: desde 1850, aproximadamente, o capitalismo tem-se vindo a transformar, em parte como resposta a choques e tendências muito variadas, e também tem vindo a sofrer mutações em cada transformação a estrutura institucional que o apoia. Esta capacidade adaptativa tem sido fundamental para a sua sobrevivência e acreditamos que desta vez não será diferente.

Variedades do capitalismo: posição em dimensões fundamentais no futuro



Notas: É calculado um índice de 0 a 100 em cada dimensão, de modo que se uma variedade for a melhor em todas as variáveis que compõem a dimensão, ela obtém 100 pontos e, se for a pior, recebe 0. A dimensão do dinamismo económico é composta pelo crescimento, a inflação, o índice de adoção de TIC, o crescimento da PTF, o crescimento da produtividade do trabalho, o índice de teletrabalho, o índice de globalização total, o índice de globalização económica e o conteúdo das importações nas exportações. A dimensão da equidade é composta pelo índice de Gini e pelo índice de crescimento inclusivo. A dimensão da resiliência é composta pelo índice de adoção de TIC, o índice de teletrabalho, a dívida pública, o défice público, as camas de hospital por cada 1.000 habitantes, a despesa total em saúde, o investimento em saúde, a qualidade reguladora e a eficácia governamental.

Fonte: BPI Research.

2. Estes resultados são diferentes dos encontrados na análise do artigo anterior, no qual as quase-coordenadas ficariam melhor posicionadas, embora as duas análises sejam diferentes, pois aqui abordamos a posição atual das economias. Com toda a prudência necessária, a nossa interpretação é de que, para o futuro, é mais relevante a posição atual nas diferentes dimensões do que a derivada da análise histórica desenvolvida anteriormente.

3. Sobre este assunto, ver, por exemplo, Ruggie, J. G. (1982). «International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order». International organization, 36(2), 379-415.

4. Consultar o Dossier «A ameaça da viragem iliberal» na IM01/2020.